

1. Informações sobre a Companhia

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “CELPA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.955 km², atendendo 2.030.533 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O Pará concentra em seu território cerca de 34% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km²) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em mais de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. (“Equatorial” ou “Controladora”), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

Recuperação judicial

A CELPA ajuizou, em 28/2/2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação), que se encontra em trâmite na 13ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará. A medida visou também, a proteger o valor dos ativos da CELPA, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 01 de setembro de 2012, a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia.

O Plano de Recuperação Judicial foi elaborado tendo por base as premissas de transferência para a Equatorial Energia S.A., destacando-se:

- i) aporte mínimo de recursos novos no valor de R\$ 700mil (setecentos milhões de reais);
- ii) a aprovação, pela ANEEL, do Plano de Transição;
- iii) a obtenção de parcelamentos para os tributos que estavam em atraso, bem como para os Encargos Sociais em prazo não inferior a 60 (sessenta) meses; e
- iv) a repactuação de seu endividamento.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Recuperação judicial--Continuação

Os credores foram segregados por tipo de crédito, sendo eles: i) Clube de Paris; ii) Credores Financeiros em US\$; iii) Credores Operacionais; iv) Encargos Setoriais; v) Entes Públicos; vi) Financeiros com Recebíveis Vinculados; vii) Financeiros sem Recebíveis Vinculados; viii) Com Garantia Real – Dívida em US\$; ix) Com Garantia Real - Dívida em R\$; e x) Intragrupos. Os credores trabalhistas foram tratados de forma exclusiva no plano.

Todos os Créditos Sujeitos ao Plano foram novados pelo Plano e serão pagos na forma por ele estabelecida. Mediante referida novação, todas as obrigações, covenants, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições do Plano deixaram de ser aplicáveis, exceto em caso de acordos específicos entre o Credor em questão e a CELPA.

Para a elaboração do fluxo de pagamentos previsto no Plano, inclusive os valores e os prazos, foram levados em consideração (i) os valores dos Créditos constantes dos Anexos do Plano e (ii) a capacidade de geração de caixa da CELPA tendo em vista o aporte de recursos previsto no Plano. Dessa forma, a alteração, inclusão ou reclassificação de Créditos, ou qualquer outra discrepância entre os Anexos do Plano e o quadro-geral de credores homologado pelo Juiz da Recuperação, não poderá alterar o fluxo de pagamentos previsto no Plano e o valor total a ser distribuído entre os Credores, aplicando-se, nessas hipóteses, as seguintes previsões:

- (a) Na hipótese de novos Créditos, não constantes dos Anexos do Plano, serem reconhecidos por decisão judicial ou acordo entre as partes, tais Créditos serão pagos na forma prevista no Plano, com os recursos originalmente destinados ao pagamento dos Credores Financeiros. Tais Créditos serão pagos a partir da data do seu reconhecimento e seus titulares não terão direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.
- (b) Na hipótese de Créditos constantes dos Anexos do Plano terem seu valor majorado, seja por decisão judicial ou por acordo entre as partes, tais Créditos continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, alterando-se, porém, o percentual de pagamento dos Credores do mesmo grupo para comportar o pagamento do valor adicional. O valor adicional do Crédito majorado será pago a partir da data do seu reconhecimento e o seu titular não terá direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Recuperação judicial--Continuação

- c) Na hipótese da reclassificação de Créditos constantes dos Anexos do Plano, o valor integral necessário para o pagamento de tais Créditos, conforme forma de pagamento aplicável à classe para qual os Créditos tenham sido reclassificados, será realocado da classe original para a nova classe e fará parte do valor total a ser distribuído para a categoria de Credores em que tais Créditos vierem a se enquadrar. Os Credores da classe original continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, ajustando-se seus percentuais de pagamento para refletir o novo valor a ser distribuído e o valor dos Créditos remanescentes após a reclassificação do Crédito. O Credor cujo Crédito tenha sido reclassificado não fará jus às diferenças de pagamentos relativas às distribuições que já tiverem sido realizados em data anterior à sua reclassificação.
- d) Na hipótese de Créditos constantes dos Anexos do Plano serem reconhecidos como Créditos Não Sujeitos ao Plano, os valores de tais Créditos serão subtraídos dos valores a serem distribuídos entre os Credores da respectiva categoria e deixarão de ser considerados para quaisquer efeitos. Os Credores da categoria da qual os Créditos forem considerados como Créditos Não Sujeitos ao Plano continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, ajustando-se seus percentuais de pagamento para refletir o novo valor a ser distribuído e o valor dos Créditos remanescentes após a subtração do Crédito Não Sujeito ao Plano.

De acordo com o plano os credores Trabalhistas serão pagos em uma única parcela, os credores Operacionais e os de Encargos Setoriais em até 60 parcelas, os demais credores tiveram uma repactuação de prazos significativamente mais extensa, o que permitirá à Companhia um folego financeiro para sua recuperação.

O processo de recuperação judicial será encerrado a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, a requerimento de CELPA, desde que 1- esse encerramento seja aprovado pela maioria simples dos Créditos presentes na Assembleia de Credores; ou 2- todas as obrigações do Plano que se vencerem até 2 (dois) anos após a Homologação do Plano sejam cumpridas.

Plano de transição

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.913 de 18 de setembro de 2012, deu provimento parcial às solicitações constantes da Proposta de Transição apresentada pela empresa Equatorial Energia S/A, ainda com vistas à aquisição do controle da Companhia, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.731 de 30 de outubro de 2012. A ANEEL, neste sentido, autorizou a Companhia a destinar os recursos das compensações por violação dos limites de qualidade até sua próxima revisão tarifária de 2015, para a realização de investimentos na área de concessão, como parte do Plano de Transição. Há ainda o Despacho nº 3.048 de 02 de outubro de 2012, que alterou a trajetória de perdas não técnicas da RTP 2011, e cujo efeito está sendo considerado desde o reajuste anual, que ocorreu em agosto de 2013.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 11 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Segue abaixo as principais características das usinas ainda ativas:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	19,60	12,6	28/7/1998	28/7/2028

3. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

a. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

b. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

b. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

c. Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

c. *Impostos*--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

c. Impostos--Continuação

Impactos da Medida Provisória nº627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão.

A Administração decidiu optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

d. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

e. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro da concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e *swaps* de taxa de juros e de câmbio para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

f. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante, conforme nota 8 e de fornecedores.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

g. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

h. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 8).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota 8).

i. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

j. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 182/1998 assinado em 28 de julho de 1998, celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

j. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 15.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

k. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

l. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

l. Ativos intangíveis--Continuação

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não é o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

m. Benefícios a empregados

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

m. Benefícios a empregados --Continuação

- **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

n. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos exercícios apresentados.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

p. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

q. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

r. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações. Essas incluem o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e o CPC 46 Mensuração do Valor Justo.

Várias outras alterações se aplicam pela primeira vez em 2013. No entanto, não afetam as demonstrações financeiras da Companhia.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

A Companhia aplicou o CPC 33 (R1) retrospectivamente no atual período de acordo com as disposições transitórias estabelecidas na norma atualizada.

O CPC 33 (R1) modifica, entre outras coisas, a contabilização dos planos de benefícios definidos. Algumas das principais mudanças que afetaram a Companhia são as seguintes:

- Todos os custos de serviços passados são reconhecidos na data de alteração/redução significativa da expectativa de tempo de trabalho, a que ocorrer primeiro, ou quando forem reconhecidos os respectivos custos de reestruturação ou de desligamento. Dessa forma, custos com serviços não outorgados deixam de ser diferidos e reconhecidos ao longo do período futuro de outorga.
- O custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior do CPC 33 (R1) são substituídos por um valor líquido de juros nos termos do CPC 33 (R1), calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo de benefício definido líquido no início de cada período de divulgação anual.

O CPC 33 (R1) também exige mais divulgações extensivas, apresentadas nas Notas 5 e 30.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

r. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

CPC 46 Mensuração a Valor Justo

O CPC 46 estabelece uma única fonte de orientação nos CPCs para todas as mensurações a valor justo. O CPC 46 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com os CPCs. O CPC 46 define valor justo como preço de saída. Como resultado da orientação fornecida no CPC 46, a Companhia reavaliou suas políticas para mensuração dos valores justos, especialmente as informações sobre avaliação, como, por exemplo, risco de não execução para mensuração de passivos a valor justo. O CPC 46 também exige divulgações adicionais. A aplicação do CPC 46 não afetou significativamente as mensurações a valor justo da Companhia. Divulgações adicionais, quando exigidas, são fornecidas em notas explicativas individuais relacionadas com os ativos e passivos cujos valores justos foram apurados.

s. Pronunciamentos do IFRS emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia avaliará os efeitos e pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros* – A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e a avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

s. Pronunciamentos do IFRS emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013 – Continuação

- *Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)* - As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. A revisão desta norma não produz impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- *IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32* - Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- *IFRIC 21 Tributos* - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
- *IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39* - Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja nota 30.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor conforme descrito na nota 16.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 15.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 8.

5. Adoção de novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e correção de erros

Das novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC mencionadas, apenas a IAS 19 / CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados gerou efeito nestas demonstrações financeiras, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2012			
	Saldo anteriormente divulgado*	Efeito da IAS 19/CPC 33 (R1) (a)	Correções de erros (b)	Saldo reapresentado
Ativo				
Ativo circulante	1.318.101	-	-	1.318.101
Ativo não circulante	3.200.661	-	-	3.200.661
	4.518.762	-	-	4.518.762
Passivo				
Passivo circulante	1.351.611	-	-	1.351.611
Passivo não circulante	3.050.782	1.203	10.730	3.062.715
Patrimônio Líquido	116.369	(1.203)	(10.730)	104.436
	4.518.762	-	-	4.518.762

* Divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5. Adoção de novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e correção de erros--Continuação

	31/12/2012			
	Saldo anteriormente divulgado*	Efeito da IAS 19/CPC 33 (R1) (a)	Correções de erros (b)	Saldo reapresentado
Receita operacional líquida	2.349.951	-	-	2.349.951
Custo do serviço de energia elétrica	(2.139.375)	-	-	(2.139.375)
Lucro operacional bruto	210.576	-	-	210.576
Receitas (Despesas) operacionais	(758.045)	(1.203)	(12.551)	(771.799)
Provisão para plano de aposentadoria	(15.349)	(1.203)	(12.551)	(29.103)
Outras despesas e receitas	(742.696)	-	-	(742.696)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(547.469)	(1.203)	(12.551)	(561.223)
Resultado financeiro líquido	(207.693)	-	-	(207.693)
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(755.162)	(1.203)	(12.551)	(768.916)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.299	-	6.148	64.447
Prejuízo do exercício	(696.863)	(1.203)	(6.403)	(704.469)

As alterações descritas acima não causaram impacto nos saldos de abertura de 01 de janeiro de 2012, motivo pelo qual não estão sendo divulgados.

a) CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados

A prática contábil da Companhia até 31 de dezembro de 2012 era contabilizar ganhos e perdas atuariais pelo método do “corredor”, onde os ganhos e perdas atuariais eram somente reconhecidos no resultado na medida em que superassem o valor do “corredor” e amortizado ao longo da vida média estimada remanescente da população que possui os benefícios. Portanto, esses ganhos e perdas atuariais mensurados num período não eram reconhecidos imediatamente, resultando em um passivo cujo montante diferia do valor presente estimado das obrigações atuariais ainda não reconhecidas.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5. Adoção de novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e correção de erros--Continuação

a) CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados--Continuação

Os principais impactos na adoção da norma nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com efeito retrospectivo às demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são os seguintes:

- i.** Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos em contrapartida a “Outros Resultados Abrangentes”, dada a extinção do método do corredor para reconhecimento dos resultados atuariais;
- ii.** A reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, o qual não trouxe impactos pelo fato de a Companhia não ter ativos atuariais.

b) Correção de erros

A Companhia registrou complemento de seu passivo atuarial dos planos de benefício pós-emprego, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no montante de R\$16.878.

Em decorrência destas alterações, a Companhia reconheceu em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido em R\$ 10.730, tendo como contrapartida R\$ 4.327 lançado em outros resultados abrangentes e R\$ 6.403 no resultado.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	29.610	55.976
Equivalentes de caixa	79.684	12.874
	<u>109.294</u>	<u>68.850</u>

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 99,49% do CDI (76,18% em 31 de dezembro de 2012) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CDB	9.526	12.874
Debêntures compromissadas	70.158	-
Total	<u>79.684</u>	<u>12.874</u>

7. Investimentos de curto prazo

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos de investimentos (a)	114.547	351.221
Outros	15.559	11.818
	<u>130.106</u>	<u>363.039</u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 102% em 31 de dezembro de 2012), classificados como mantidos para negociação.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Contas a receber de clientes

	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber de consumidores faturados	559.512	629.382
Contas a receber de consumidores não faturados	89.438	105.463
Parcelamentos de débitos	184.991	187.494
Parcelamentos de débitos - ajuste a valor presente	(6.516)	(2.128)
Baixa renda (a)	24.801	29.799
Comercialização no âmbito do CCEE	6.388	7.872
Outras	31.471	27.531
Total	890.085	985.413
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(294.698)	(414.015)
Total de conta a receber de clientes	595.387	571.398
Total circulante	560.455	547.969
Total não circulante	34.932	23.429

(a) Baixa Renda

Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A Companhia apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010 os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2012	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	333.300	86.636	(174.550)	245.386
Parcelamento	80.715	10.892	(42.295)	49.312
Total circulante	414.015	97.528	(216.845)	294.698
Total não circulante	-	-	-	-
Total	414.015	97.528	(216.845)	294.698

	31/12/2011	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2012
Contas a receber de consumidores faturados	133.957	205.891	(6.548)	333.300
Parcelamento	4.811	75.904	-	80.715
Total circulante	138.768	281.795	(6.548)	414.015
Total não circulante	-	-	-	-
Total	138.768	281.795	(6.548)	414.015

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos.

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

Para os demais casos aplica-se a regra abaixo:

- Dos 10.000 maiores devedores da CELPA, que possuem pelo menos uma fatura classificada como PDD, consideram-se os valores de parcelas que encontra-se na situação de lançamento futuro.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:

	31/12/2013			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	72.569	73.698	159.249	305.516
Industrial	44.997	9.580	38.871	93.448
Comercial	50.469	23.754	24.885	99.108
Rural	3.456	5.836	12.791	22.083
Poder público	4.700	14.167	3.926	22.793
Iluminação pública	928	1.508	405	2.841
Serviço público	820	10.269	2.634	13.723
Fornecimento faturado	177.939	138.812	242.761	559.512

	31/12/2012			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	57.376	84.416	185.517	327.309
Industrial	37.624	17.682	43.634	98.940
Comercial	44.191	31.706	54.740	130.637
Rural	3.624	6.176	22.788	32.588
Poder público	3.705	18.327	6.807	28.839
Iluminação pública	493	444	346	1.283
Serviço público	322	6.378	3.086	9.786
Fornecimento faturado	147.335	165.129	316.918	629.382

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Recuperação de custos de energia e encargos

A conta de Recuperação de custo de energia e encargos foi criada com a finalidade de demonstrar o valor que será repassado pela Eletrobrás à CELPA, em decorrência da portaria 2.584 nos termos do decreto 7.945 de 07 de março de 2013 que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando cobrir os custos gerados devido à escassez de chuvas e consequente acionamento das termelétricas. Além disso, visa retirar do consumidor o ônus de reconstituir o caixa da distribuidora em período tarifário subsequente e ao mesmo tempo impedir o prejuízo das concessionárias. A ANEEL, por meio de despachos, homologou o montante de R\$213.586 durante o exercício de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo registrado a receber é de R\$1.032. A seguir apresentamos a movimentação do saldo:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	-
Valores homologados	213.586
Valores já recebidos	<u>(212.554)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.032</u>

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Outros créditos a receber

	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valores a recuperar de empregados	900	-	881	-
Adiantamentos a fornecedores	9.465	-	19.398	-
Alienação de bens e direitos	2.657	-	858	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	149	1.226
Créditos em conta de energia elétrica	2.968	-	2.744	-
Despesas pagas antecipadamente	3.781	-	1.179	-
Valores a liberar (a)	-	35.026	-	35.026
Caução em garantia	-	30.995	-	-
Outros créditos a receber	6.873	7	2.793	1.925
	26.644	66.028	28.002	38.177

- (a) Refere-se ao saldo de bloqueios decorrentes de demandas de credores financeiros sobre recebíveis e demais garantias referentes aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial, destacando-se: Banco Daycoval (R\$16.287) e Banco Panamericano (R\$12.760).

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

11.1 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
ICMS (a)	29.198	30.706
COFINS (b)	1.047	3.886
PIS a recuperar (b)	227	743
INSS (c)	692	4.589
PAEX a recuperar (d)	39.158	-
IRRF (e)	4.196	-
Total	74.518	39.924
Não circulante		
ICMS (a)	22.556	27.559
COFINS (b)	-	17.103
FINSOCIAL (f)	2.160	4.585
Total	24.716	49.247

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado em até 48 meses.
- (b) Refere-se a crédito tributário originário do pedido de revisão do REFIS referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro de 1998 a janeiro de 1999. Tais débitos foram compensados com crédito correntes de PIS e COFINS na forma do Parecer da RFB 0201/2013.
- (c) O saldo atual é originário de antecipações de benefícios (auxílio doença e salário maternidade, acidente de trabalho entre outras) aos colaboradores e restituídos mensalmente da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo contemplava valores pagos a maior de INSS (código 2100), já totalmente compensado no exercício de 2013.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Impostos a recuperar--Continuação

11.1 Impostos e contribuições a recuperar--Continuação

- (d) Processo Administrativo nº 10280.0005233/2007-38, cuja finalidade é a restituição de débitos consolidados indevidamente e em duplicidade pela RFB no PAEX, reconhecido através do despacho decisório DRF/BEL/SECAT n.º 124/2010.
- (e) Valor a restituir de pagamento a maior de IRRF (código 0588), originário da competência setembro de 2013. A sua utilização ocorrerá em Janeiro de 2014 contra débitos de PIS e COFINS de mesma competência;
- (f) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente ao Pedido de Restituição de Finsocial recolhido com alíquota superior a 0,5% no período de novembro/1989 a março/1993 conforme Leis nº 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Valor reconhecido parcialmente conforme Comunicado 1486/2009 da RFB. A Companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, onde pleiteia a totalidade do crédito fiscal.

11.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
IRRF sobre aplicação financeira	6.549	2.167
IRPJ/CSLL a Restituir (g)	4.239	3.184
Circulante	10.788	5.351
IRPJ/CSLL a Restituir (g)	33.207	43.623
Não Circulante	33.207	43.623

- (g) Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social apurado no ano Calendário de 2004, decorrente de estimativas pagas à maior e parceladas que serão utilizados para compensação de tributos administrado pela Receita Federal do Brasil – RFB. Além dos Valores Retidos na Fonte de Órgão Públicos de IRRF e CSLL.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12. Conta de consumo de combustíveis CCC

A Companhia detém em 31 de dezembro de 2013 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível - “CCC” no montante de R\$ 94.346 (R\$153.394 em 31 de dezembro de 2012).

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC.

13. Sub - rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009-, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27 de março de 2012, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente à implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 465.198, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 280.538.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, aplicáveis às publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54 sobre a contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC, em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Sub - rogação da CCC--Continuação

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 31 de dezembro de 2013, relativos à 1ª fase, o valor de R\$ 185.688 (R\$ 211.699 em 31 de dezembro de 2012).

13.1 Sub - rogação – CCC - rateio benefício

	31/12/2012	Transferências para obras	31/12/2013
Valores aplicados	211.699	(26.011)	185.688
Valores a aplicar	253.499	26.011	279.510
Total	465.198	-	465.198

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Sub - rogação da CCC--Continuação

A CELPA tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor Aplicado	Valor Sub-rogado	Valor a receber
LT Tucuruí/Cametá	Em curso	9.589	9.598	9.589
LT Parada do Bento/Portel	Concluída	56.287	57.165	56.287
LT Portel/Breves	Concluída	48.461	32.913	32.913
LT Portel/Bagre	Concluída	15.487	8.067	8.067
LT Breves/Melgaço	Concluída	11.909	3.796	3.796
LT Breves/Curralinho	Concluída	22.121	10.440	10.440
SE Tucuruí - Vila	Concluída	7.163	6.873	6.873
SE Tucuruí - Vila	Em curso	118	-	-
SE Cametá	Concluída	8.077	9.000	8.077
SE Cametá	Em curso	115	-	115
SE Portel	Concluída	10.915	15.525	10.915
SE Portel	Em curso	459	-	459
SE Breves	Concluída	17.382	13.876	13.876
SE Bagre	Concluída	2.922	1.998	1.998
SE Melgaço	Concluída	2.667	1.998	1.998
SE Curralinho	Concluída	2.694	1.998	1.998
SE Parada do Bento	Concluída	10.064	11.413	10.064
SE Parada do Bento	Em curso	227	-	227
Subtotal - 1ª fase		226.657	184.660	177.692
LT Cachoeira do Arari/Anajás	Em curso		12.601	-
LT Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari	Em curso		31.332	-
LT Cachoeira do Arari/Salvaterra	Em curso		15.340	-
LT Salvaterra / Soure	Em curso		2.098	-
LT Ponta de Pedras/TAP Muaná	Em curso		10.887	-
LT Tap Muaná/TAP S.S. da Boa Vista	Em curso		12.371	-
LT Chaves/Afuá	Em curso		5.060	-
LT Cachoeira do Arari/Santa Cruz do Arari	Em curso	122	15.340	122
LT Vila do Conde/Ponta de Pedras (aérea)	Em curso	-	3.390	-
Travessia subflúvia Baía do Marajó - Vila do Conde/Ponta de Pedras	Em curso	7.838	41.530	7.838
LT Cachoeira do Arari/Chaves	Em curso		29.691	-
LT Tap Muaná/Muaná	Em curso		2.474	-
LT Tap S.S. da Boa Vista/Breves	Em curso	36	8.660	36
LT TAP S.S. da Boa Vista/S. S. da Boa Vista	Em curso		21.278	-
SE Anajás	Em curso		2.448	-
SE Afuá	Em curso		2.648	-
SE Chaves	Em curso		2.494	-
SE Cachoeira do Arari	Em curso		12.820	-
SE Santa Cruz do Arari	Em curso		2.644	-
SE Salvaterra	Em curso		11.656	-
SE Soure	Em curso		6.526	-
SE Ponta de Pedras	Em curso		12.970	-
SE Muaná	Em curso		6.141	-
SE São Sebastião da Boa Vista	Em curso		6.107	-
SE Vila do Conde	Em curso		530	-
SE Breves	Em curso		1.502	-
2ª fase		7.996	280.538	7.996
		234.653	465.198	185.688

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26. Dessa forma, os tributos diferidos ativos foram reconhecidos até o limite dos passivos, sendo destacada uma provisão para realização no valor de R\$ 49.358 em 31 de dezembro de 2013.

14.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	166.096	135.718
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(128.691)	(145.232)
Provisão para realização	(37.405)	-
Total	-	(9.514)
Ativo não circulante	-	-
Passivo não circulante	-	(9.514)

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31/12/2013, por não atender as condições previstas no CPC 32 e na deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 261.212 e R\$ 100.510, respectivamente, não possuem prazo de prescrição.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

14.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios de 31 de dezembro de 2013 e 2012, é demonstrada como segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	(239.538)	(239.538)	(768.916)	(768.916)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	-	-	-	-
Adições :				
Provisão para contingências	66.450	23.922	56.847	20.465
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	73.675	26.523	107.341	38.643
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	16.791	6.045	8.208	2.955
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	12.162	4.378	23.042	8.295
Provisão fundo de pensão	6.383	2.298	4.520	1.628
Outras despesas não dedutíveis	11.532	4.151	-	-
	186.993	67.317	199.958	71.986
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativo regulatório	(167.837)	(60.422)	(59.935)	(21.577)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(21.460)	(7.726)	(27.063)	(9.743)
Outras	(27.415)	(9.869)	-	-
	(216.712)	(78.017)	(86.998)	(31.320)
IRPJ e CSLL	(29.719)	(10.700)	112.960	40.666
Compensação prejuízo fiscal REFIS	1.218	-	-	-
Despesa IRPJ anos anteriores	52.716	18.978	(68.669)	(20.510)
Provisão para realização	(15.987)	(5.755)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	8.228	2.523	44.291	20.156
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ativo Fiscal Diferido	8.228	2.523	44.291	20.156
(+) IRPJ subvenção governamental				
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	8.228	2.523	44.291	20.156
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	-3,43%	-1,05%	-5,76%	-2,62%

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada a taxa de 11,36% por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2012	VNR (a)	Capitalização	Baixas	31/12/2013
Ativo financeiro	674.127	41.124	201.733	(10.546)	906.438
Obrigações especiais (b)	(245.886)	(15.282)	(44.726)	-	(305.894)
Ativo financeiro	428.241	25.842	157.007	(10.546)	600.544

	31/12/2011	Reclassificação	Reserva de reavaliação	VNR (a)	Capitalização	Baixas	31/12/2012
Ativo financeiro	489.867	205.914	(55.253)	(5.770)	43.530	(4.161)	674.127
Obrigações especiais (b)	(31.811)	(116.700)	-	(10.494)	(86.881)	-	(245.886)
Ativo financeiro	458.056	89.214	(55.253)	(16.264)	(43.351)	(4.161)	428.241

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Ativo financeiro da concessão--Continuação

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações Especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/200 da Aneel.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

31/12/2013					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,23%	3.915.948	(1.546.337)	(847.490)	1.522.121
Em curso		1.041.429	-	(272.585)	768.844
Total		4.957.377	(1.546.337)	(1.120.075)	2.290.965

31/12/2012					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,70%	3.743.651	(1.398.821)	(821.945)	1.522.885
Em curso		1.099.235	-	(243.802)	855.433
Total		4.842.886	(1.398.821)	(1.065.747)	2.378.318

Em decorrência do processo de recuperação judicial não houve capitalização de juros nos exercícios de 2013 e 2012.

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16 Intangível--Continuação

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2012	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2013
Em Serviço	3.743.651	-	(104.380)	276.677	3.915.948
(-) Amortização	(1.398.821)	(195.399)	47.883	-	(1.546.337)
Total em serviço	2.344.830	(195.399)	(56.497)	276.677	2.369.611
Em curso	1.099.235	420.604	-	(478.410)	1.041.429
Total	3.444.065	225.205	(56.497)	(201.733)	3.411.040
Obrigações especiais (b)	(1.236.153)	(163.130)	8.099	44.725	(1.346.459)
(-) Amortização	170.406	55.978	-	-	226.384
Total em obrigações especiais	(1.065.747)	(107.152)	8.099	44.725	(1.120.075)
	2.378.318	118.053	(48.398)	(157.008)	2.290.965

	31/12/2011	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2012
Em Serviço	3.947.832	(205.914)	1.005	(71.760)	72.488	3.743.651
(-) Amortização	(1.238.636)	-	(189.348)	29.163	-	(1.398.821)
Total em serviço	2.709.196	(205.914)	(188.343)	(42.597)	72.488	2.344.830
Em curso	736.810	-	478.443	-	(116.018)	1.099.235
Total	3.446.006	(205.914)	290.100	(42.597)	(43.530)	3.444.065
Obrigações especiais (b)	(1.348.950)	116.700	(105.213)	14.429	86.881	(1.236.153)
(-) Amortização	122.001	-	48.405	-	-	170.406
Total em obrigações especiais	(1.226.949)	116.700	(56.808)	14.429	86.881	(1.065.747)
	2.219.057	(89.214)	233.292	(28.168)	43.351	2.378.318

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC01.

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16 Intangível--Continuação

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Obras em andamento	884.946	963.847
Materiais em depósito	88.206	74.859
Adiantamento a fornecedores	68.276	60.529
	<u>1.041.429</u>	<u>1.099.235</u>

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$24.148 (R\$34.849 em 31 de dezembro de 2012), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2013		31/12/2012	
			Passivo	Resultado/ Despesa	Passivo	Resultado/ Despesa
Equatorial Energia (Controladora)	(a)	Cessão de Créditos	416.147	(17.390)	303.220	(20.211)
		Derivativos	-	(3.571)	248	(248)
Passivo			416.147		303.220	
Circulante			-		50.252	
Não Circulante			416.147		252.968	

(a) Os valores com a Equatorial Energia S/A são provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA. A Companhia pactuou com a Equatorial Energia em 14 de dezembro de 2012, operação de SWAP para proteção cambial referente aos *Bond Holders* cedidos à Equatorial no Plano de Recuperação Judicial. O saldo de R\$ 248 mil foi baixado no vencimento, que ocorreu em 28 de maio de 2013. Em 31 de dezembro de 2013 não havia saldo de SWAP relacionado à Equatorial Energia S/A.

Remuneração de pessoal - chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$4.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2013.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2013:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 100%

Remuneração variável: 0%

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no exercício:

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	9	8	17
Remuneração fixa anual	699	3.135	3.835
Salário ou Pró-labore	699	2.792	3.492
Benefícios diretos e indiretos	-	343	343
Valor total da remuneração por órgão	699	3.135	3.835

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A, como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/13 R\$
Ministério da Fazenda - PGNF (Termo de Parcelamento de Débitos - 19/12/2012)	131.900	100	19/11/2012	19/10/2017	131.900	106.900
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI)	200.000	100	25/11/2013	25/11/2015	200.000	203.542
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI)	175.000	100	25/11/2013	25/11/2015	175.000	179.604
Total	506.900				506.900	490.046

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica	239.045	169.800
Câmara de comercialização de Energia livre -CCEE	-	9.237
Aquisição de combustível	94.346	68.803
Encargos de uso da rede elétrica	2.999	21.250
Materiais e serviços	140.753	122.295
Total	477.143	391.385

19. Recuperação judicial

	31/12/2013	31/12/2012
Credores operacionais	352.750	427.472
Encargos setoriais (a)	89.513	-
Intragrupos (b)	61.896	57.918
(-) Ajuste a valor presente	(86.285)	(66.896)
	417.874	418.493
Circulante	85.254	8.963
Não circulante	332.620	409.530

- (a) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação Judicial.
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, Proinfa e MME parcelados no âmbito da Recuperação Judicial.

20. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2013		
	Custo Médio Da dívida (%a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos
Moeda nacional:			
Eletrobrás	6,89%	8.055	67.304
FINAME	9,55%	784	1.010
Leasings	11,11%	224	21
Crédito RJ (a)	6,05%	-	885.392
Subtotal	6,12%	9.063	953.727
(-) Custo de transação	-	(995)	(721)
Total moeda nacional	6,13%	8.068	953.006
Moeda estrangeira:			
Crédito RJ (a)	5,28%	-	149.750
Tesouro Nacional	6,03%	3.348	42.806
CCBI ITAÚ	2,64%	535	203.007
CCBI CITIBANK	5,23%	389	179.215
Subtotal	4,39%	4.272	574.778
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(4.157)
Total moeda estrangeira	4,44%	2.615	570.621
Total geral	5,50%	10.683	1.523.627

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

		31/12/2012	
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos
Moeda nacional:			
Eletrobrás	7,00%	-	67.945
FINAME	10,16%	1.565	1.818
Leasings	11,17%	4.700	149
GIRO ITAÚ	9,70%	50.435	-
GIRO NPS BTG	10,15%	151.062	-
GIRO NPS ITAÚ	10,15%	100.708	-
Crédito RJ (a)	5,92%	-	863.411
Subtotal	7,02%	308.470	933.323
(-) Custo de transação	-	(994)	(721)
Total moeda nacional	7,02%	307.476	932.602
Moeda estrangeira:			
Crédito RJ (a)	9,01%	91.923	555.788
Tesouro Nacional	4,45%	2.280	38.272
Subtotal	8,75%	94.203	594.060
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(4.157)
(-) Cauções (b)	-	-	(29.543)
Total moeda estrangeira	8,75%	92.546	560.360
Total geral	7,62%	400.022	1.492.962

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.534.310 (R\$ 1.892.984 em 31 de dezembro de 2012), referente a Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$ 10.683 de curto prazo e R\$ 1.523.627 de longo prazo (R\$ 400.022 de curto prazo e R\$ 1.492.962 de longo prazo em 31 de dezembro de 2012) a um custo médio de 5,50% a.a., equivalente a 68,19% do CDI (7,62% a.a., equivalente a 90,73% do CDI, em 31 de dezembro de 2012).

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (a) Crédito RJ se refere aos créditos dos credores financeiros do Plano de Recuperação Judicial da CELPA, cujas taxas e prazos foram repactuados em conformidade com o estabelecido no plano. Com isso, houve reestruturação dos credores por tipo de crédito de forma a conceder maior fôlego financeiro a Companhia, o que culminou com o alongamento da dívida significativamente dilatado e reduzida a correção.
- (b) Em cumprimento às exigências contratuais, são mantidas garantias constituídas dos bônus de desconto, em forma de caução em dinheiro e se destinam a amortizar os valores de principal dos empréstimos correspondentes quando da exigência de tais pagamentos com vencimento previsto para 15 de abril de 2024. Em 2013 esses valores foram reclassificados para o ativo não circulante para melhor apresentação.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	10.683	0,7%	400.022	21%
2014	-	0,0%	6.214	0,0%
2015	391.037	25,5%	5.783	0,0%
2016	8.327	0,5%	6.408	1,0%
2017	8.055	0,5%	6.794	1,0%
Após 2017	1.121.086	73,1%	1.502.184	79,0%
Total	1.528.505	99,6%	1.527.383	81,0%
Custo de captação (Não circulante)	(4.878)	(0,3%)	(4.878)	0%
Caução	-	-	(29.543)	(2%)
Não circulante	1.523.627	99,3%	1.492.962	79%
Total	1.534.310	100%	1.892.984	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31/12/2012	307.476	932.602	92.546	560.360	1.892.984
Ingressos	50.000	9.124	-	375.000	434.124
Encargos	32.732	3.257	7.866	-	43.855
Variação monetária e cambial	2	48.017	1.805	39.142	88.966
Transferências	13.468	(13.468)	(316)	316	-
Pagamentos/Baixas de principal	(360.695)	(26.526)	(1.911)	-	(389.132)
Transferência partes relacionadas (a)	-	-	(95.538)	(433.740)	(529.278)
Pagamentos/Baixas de juros	(34.915)	-	(1.837)	-	(36.752)
Atualização	-	-	-	29.543	29.543
Saldo em 31/12/2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31/12/2011	659.647	674.467	597.015	5.525	1.936.654
Ingressos	300.000	108.088	-	-	408.088
Encargos	25.887	704	42.143	2.136	70.870
Variação monetária e cambial	13	3.015	30.205	6.614	39.847
Transferências	(145.428)	145.428	(548.457)	548.457	-
Pagamentos/Baixas de principal	(487.627)	-	(23.742)	-	(511.369)
Pagamentos de juros	(45.163)	-	(4.636)	-	(49.799)
Transferência de custo de transação	(900)	900	(1.517)	1.517	-
Apropriação de custo de transação	1.047	-	1.535	-	2.582
Atualização cauções	-	-	-	(3.889)	(3.889)
Saldo em 31/12/2012	307.476	932.602	92.546	560.360	1.892.984

(a) Refere-se à transferência da dívida dos *Bond holders* cedidas da CELPA à Equatorial Energia decorrente de operações entre partes relacionadas (vide nota 17).

Acompanhamento dos covenants dos empréstimos e financiamentos

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA em 1º de setembro de 2012, foi estabelecida a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Impostos e contribuições a recolher

Circulante	31/12/2013	31/12/2012
ICMS (a)	57.222	52.877
ICMS Parcelamento (b)	40.097	61.510
REFIS/PAES (c)	78.156	74.517
PIS/COFINS	13.238	25.127
Encargos sociais e outros	6.691	9.461
Outros	2.813	6.331
Total	198.217	229.823

Não circulante	31/12/2013	31/12/2012
ICMS Parcelamento (b)	79.893	111.898
REFIS/PAES (c)	219.435	287.078
Outros	175	175
Total	299.503	399.151

- (a) Valor a recolher do ICMS corrente, referente ao período de apuração de dezembro de 2013, com vencimento em 10 de janeiro de 2014.
- (b) Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC acrescido de 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado 30 de outubro de 2017.
- (c) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30 de novembro de 2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em função da adesão da Companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. As parcelas relativas ao principal dos parcelamentos têm os seguintes vencimentos:

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Parcelas					
		2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Parcelamentos	297.591	78.156	78.156	52.875	28.574	13.323	46.507

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias.

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	59.726	(110.769)	(51.043)	59.768	(67.790)	(8.022)
Fiscais	80	(7)	73	80	(7)	73
Trabalhistas	78.603	(21.163)	57.440	82.307	(16.549)	65.758
Regulatórias	127.389	-	127.389	85.234	-	85.234
	265.798	(131.939)	133.859	227.389	(84.346)	143.043
Circulante	-	(1.395)	(1.395)	-	(63.734)	(63.734)
Não circulante	265.798	(130.544)	135.254	227.389	(20.612)	206.777
	265.798	(131.939)	133.859	227.389	(84.346)	143.043

(a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 104.206 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Estes créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Por ordem judicial vigente, o fluxo contratual está sendo depositado, mensalmente, em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias--Continuação

Movimentação dos processos no período

	31/12/2012	31/12/2013		
	Saldo Inicial	Adição a Provisão	Reversões	Saldo Final
Cíveis	59.768	6.443	(6.485)	59.726
Fiscais	80	-	-	80
Trabalhistas	82.307	24.133	(27.837)	78.603
Regulatórias (i)	85.234	43.645	(1.490)	127.389
	<u>227.389</u>	<u>74.221</u>	<u>(35.812)</u>	<u>265.798</u>

	31/12/2011	31/12/2012		
	Saldo Inicial	Adição a Provisão	Reversões	Saldo Final
Cíveis	3.156	59.768	(3.156)	59.768
Fiscais	-	80	-	80
Trabalhistas	45.089	83.676	(46.458)	82.307
Regulatórias	-	85.234	-	85.234
	<u>48.245</u>	<u>228.758</u>	<u>(49.614)</u>	<u>227.389</u>

(i) Referem-se a processos provisionados relacionados a multas da Aneel que serão convertidos em obrigação especial através de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta).

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias--Continuação

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.133 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam 2 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 10 (dez) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados, quais sejam:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará, Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará, Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará, as quais envolvem valores relevantes e versam sobre os seguintes temas: (i) duração do trabalho (excesso de jornada, concessão de intervalos); (ii) condições de medicina e meio-ambiente do trabalho; (iii) pagamento de adicional de periculosidade; (iv) dano moral decorrente de acidente de trabalho; e (v) implementação das promoções, devidas em decorrência de Plano de Classificação de Cargos e Salários.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Os processos estão provisionados em R\$ 35.918 e R\$ 4.908.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$ 78.603 (R\$ 82.307 em 31 de dezembro de 2012).

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias--Continuação

Trabalhistas--Continuação

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 23.785 (R\$ 12.673 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a Celpa apenas subsidiariamente nesses pleitos.

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 5.541 processos cíveis, sendo que 3.957 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$ 59.726 (R\$ 59.768 em 31 de dezembro de 2012).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 511.387 (R\$ 1.182.460 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são: Taxa de iluminação pública, nos quais os consumidores questionam a constitucionalidade da cobrança da antiga taxa; Falha no fornecimento de energia elétrica; e Quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias--Continuação

Fiscais

A Companhia figura como parte ré em 104 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS e COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações tributárias.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$ 80 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2012).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 17.107 (R\$ 17.107 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias--Continuação

Regulatórias

Por se tratar de um monopólio natural e ser considerada como serviço essencial, a distribuição de energia elétrica possui uma rígida regulamentação e fiscalização, ambas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O processo de fiscalização tem por objetivo educar e orientar os agentes de distribuição, transmissão e geração, quanto à qualidade do serviço prestado ao consumidor e o atendimento de suas obrigações contratuais e regulamentares. A ANEEL pode realizar as fiscalizações através das suas superintendências, ou delegar para as agências conveniadas. No caso da CELPA, a agência conveniada que presta serviço de fiscalização e ouvidoria para a ANEEL é a ARCON-PA.

O processo de fiscalização que resultar em multa aplicada, ainda tramita por decisão da superintendência de fiscalização, procuradoria da ANEEL e é avaliado por um dos diretores da agência, até seu julgamento final em reunião da diretoria, onde o processo será julgado por todos os diretores. Em todas as etapas a Companhia possui a oportunidade de expor seus argumentos diante das não conformidades apontadas e obter redução ou até mesmo o cancelamento das multas aplicadas.

Atualmente, a Companhia possui 20 processos em tramitação na ANEEL que totalizam R\$ 73,8 milhões. Desses, R\$ 40 milhões devem ser convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Outras contas a pagar

	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Convênios de arrecadação	2.206	-	2.161	-
Adiantamento de consumidores (a)	31.903	-	31.689	-
Entidades seguradoras	202	-	584	-
Benefícios a aposentados	3.845	-	4.135	-
Encargos ex-isolados	-	-	1.065	-
Encargos tarifários	1.229	-	1.266	-
Subvenção PIS – CCC	-	-	-	12.962
Subvenção COFINS – CCC	-	-	-	59.706
Créditos tributários CCC	-	83.708	-	-
Taxa de iluminação pública	9.346	-	20.650	-
ANEEL - Autos de Infração	5.334	14.225	4.525	18.110
Multas regulatórias (b)	43.944	-	43.944	-
Participação nos lucros	-	-	116	-
Outras contas a pagar (c)	44.164	3.097	54.670	3.096
Total	142.173	101.030	164.805	93.874

- a) Refere-se a adiantamento recebido com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Outras contas a pagar--Continuação

- b) Refere-se ao passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Cabe destacar que no plano de transição aprovado pela ANEEL a CELPA fica desobrigada até a próxima revisão tarifária em realizar as compensações aos consumidores pela violação dos indicadores de continuidade mencionados, ficando a empresa obrigada em contabilizar esses valores e realizar investimentos não remunerados (obrigações especiais).
- c) Do saldo de outras contas a pagar, R\$ 44.164, temos como principal composição R\$7.033 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial, sendo R\$21.502 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços e R\$7.177 de provisionamentos diversos de benefícios pós emprego.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$924.524 (R\$ 518.932 em 31 de dezembro de 2012), representado por 1.907.449.807 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe “A”; 1.085.373 preferenciais Classe “B”; e 1.201.249 preferenciais Classe “C”, cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias	%	Preferenciais						Total	%
			A	%	B	%	C	%		
Equatorial Energia	1.834.096.369	96,38%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	1.834.558.286	96,18%
Outros (minoritários)	68.900.000	3,62%	1.820.804	84,03%	1.085.371	100,00%	1.085.346	90,35%	72.891.521	3,82%
Total	1.902.996.369	100,00%	2.166.816	100,00%	1.085.373	100,00%	1.201.249	100,00%	1.907.449.807	100,00%

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 26 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia autorizaram o aumento do seu capital social em até R\$ 572.000 (quinhentos e setenta e dois milhões de reais), mediante emissão de até 2.600.000.000 (dois bilhões e seiscientos milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão por ação ordinária foi fixado em R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) por ação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2013, os acionistas da Companhia homologaram parcialmente o aumento de capital mencionado acima, no valor de R\$405.592, mediante a emissão de 1.843.598.873 novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 0,22 por ação, conforme aprovado na AGE realizada em 26 de dezembro de 2012, que foram capitalizadas com saldo de AFAC.

Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a quaisquer das classes das ações preferenciais. Conforme estabelece o Estatuto da Companhia:

- As ações preferenciais de classe “A” têm direito a receber dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- As ações preferenciais de classe “B” têm direito a receber dividendo mínimo de 10% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- As ações preferenciais de classe “C” têm direito a receber dividendo mínimo de 3% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de reavaliação

	31/12/2013	31/12/2012
Reserva de reavaliação	252.705	284.814

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2012	Quota de Reavaliação	Adição	Baixa	31/12/2013
Reserva de Reavaliação	431.536	(39.867)	-	(8.783)	382.886
Encargo tributário	(146.722)	-	16.541	-	(130.181)
	284.814	(39.867)	16.541	(8.783)	252.705

25. Receita operacional

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.733.995	2.757.980	1.163.988	1.641.612	2.526.004	1.215.505
Industrial	4.030	1.294.265	402.950	3.733	1.226.926	425.848
Comercial	153.328	1.639.171	752.540	145.845	1.479.814	743.700
Rural	119.061	200.331	63.614	120.285	193.876	65.031
Poder público	17.671	471.627	210.913	17.608	446.203	215.294
Iluminação pública	363	303.111	84.566	377	273.029	79.127
Serviço público	1.826	241.830	64.498	1.763	237.125	68.967
Consumo próprio	259	32.416	-	261	29.053	-
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	-	-	15.863	-	-	25.175
Baixa renda	-	-	118.827	-	-	59.439
Suprimento CCEE	-	-	86.825	-	-	3.539
Receita de construção	-	-	426.654	-	-	466.170
Outras	-	-	11.435	-	-	17.588
Total	2.030.533	6.940.731	3.402.673	1.931.484	6.412.030	3.385.383

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25. Receita operacional--Continuação

Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta operacional		
Fornecimento de energia elétrica	2.861.896	2.872.911
Receita operacional	2.846.540	2.840.953
Remuneração financeira WACC	15.356	31.958
Receita pela disponibilidade - uso da rede	15.863	25.175
Suprimento de energia elétrica	86.825	3.539
Receita de construção (a)	426.654	466.170
Outras receitas	11.435	17.588
Total da receita bruta operacional	3.402.673	3.385.383
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(609.603)	(601.672)
PIS e COFINS	(266.118)	(273.096)
Reserva global de reversão – RGR	(3.710)	(45.612)
Pesquisa e desenvolvimento P & D	(4.039)	(5.664)
Programa de eficiência energética – EPE	(2.020)	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(4.376)	(15.801)
Estudo de eficiência energética – PEE	(9.711)	(9.441)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	(4.039)	(3.776)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	-	(5.664)
Conta de consumo de combustível – CCC	(4.063)	(74.706)
Deduções à receita operacional	(907.679)	(1.035.432)
Receita operacional líquida	2.494.994	2.349.951

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	31/12/2013			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(74.674)	(9.192)	(48.642)	(132.508)
Material	(10.044)	(1.393)	(3.699)	(15.136)
Serviço de terceiros	(160.598)	(100.119)	(67.205)	(327.922)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(5.317)	-	-	(5.317)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.337.892)	-	-	(1.337.892)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(69.797)	-	-	(69.797)
Custo de construção	(426.654)	-	-	(426.654)
Depreciação amortização	(131.753)	-	-	(131.753)
Arrendamentos e aluguéis	(7.599)	-	(4.050)	(11.649)
Subvenção - CCC	25.392	-	-	25.392
Recuperação de despesas	-	21.181	2.666	23.847
Outros	(3.301)	(18.537)	(37.618)	(59.456)
Total	(2.202.237)	(108.060)	(158.548)	(2.468.845)

Custos/despesas operacionais	31/12/2012			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(117.685)	(134)	(41.646)	(159.465)
Material	(242.133)	(1.133)	(7.022)	(250.288)
Serviço de terceiros	(180.987)	(96.284)	(46.116)	(323.387)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.094.870)	-	-	(1.094.870)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(138.212)	-	-	(138.212)
Custo de construção	(466.170)	-	-	(466.170)
Depreciação amortização	(123.126)	-	-	(123.126)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(5.910)	(5.910)
Subvenção - CCC	254.986	-	-	254.986
Recuperação de despesas	-	15.680	-	15.680
Outros	(31.178)	(15.353)	(101.862)	(148.393)
Total	(2.139.375)	(97.224)	(202.556)	(2.439.155)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. Custos do serviço e despesas operacionais--Continuação

Energia elétrica comprada para revenda

- (a) Em 24 de janeiro de 2013, foi publicado a medida provisória nº 605, que alterou a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Esta medida incluiu como objetivos deste encargo o provimento de recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando assim o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A fim de regulamentar essa medida provisória, foi publicado em 7 de março de 2013, o Decreto nº 7.945 que alterou o Decreto nº 7.891. De acordo com este normativo, poderão ser repassados recursos da CDE às concessionárias de distribuição, para: i) neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; e ii) cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

A ANEEL homologará o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a partir das operações de janeiro de 2013, e a diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio mensal e a cobertura tarifária concedida para o montante de reposição não recontratado. A Eletrobrás repassará estes recursos diretamente às concessionárias de distribuição, nas datas e contas relativas aos respectivos aportes mensais de garantias financeiras, para fins da liquidação financeira do mercado de curto prazo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. Custos do serviço e despesas operacionais--Continuação

Energia elétrica comprada para revenda--Continuação

Conforme despacho nº 1.135 emitido pela ANEEL em 17 de abril de 2013, os recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE deveriam ser contabilizados como recuperação de gastos em função do serviço público de energia elétrica. No entanto, após revisão do procedimento, a ANEEL, por meio do despacho nº 4.413, de 27 de dezembro de 2013, vigente para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resolveu alterar a orientação disposta no Despacho nº 1.135/2013, tratando a contabilização do reembolso da CDE, nos termos do Decreto nº 7.945/2013, a crédito das contas contábeis e naturezas de gasto que deram origem aos custos adicionais previstos nos incisos I e II do Art. 4º-A do Decreto, ou seja, naturezas de gasto “40 - Energia Elétrica Comprada para Revenda – Curto Prazo”, e “42 - Encargos de Uso da Rede Elétrica”.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia recebeu R\$212.554 referentes a valores já homologados pela Aneel (vide nota 9).

27. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Energia de leilão	6.496.004	9.335.525	(1.023.206)	(999.943)
Energia bilateral	225.603	175.018	(41.259)	(39.195)
Contratos cotas de garantias	2.812.965	-	(136.331)	-
Energia de curto prazo - CCEE	984.204	77.931	(506.554)	(74.396)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	169.501	132.960	(38.063)	(34.324)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (a)	-	-	75.547	70.698
(-) Recuperação custo de energia (b)	-	-	338.171	-
Encargo de energia de reserva	-	-	(6.197)	(17.710)
Total	10.688.277	9.721.433	(1.337.892)	(1.094.870)

(a) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.

(b) O Decreto nº 7.945 de março de 2013 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizou R\$ 338.171 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:		
Rendas financeiras	20.748	41.855
Juros ativos	25.396	-
Acréscimo moratório de venda de energia	54.136	45.819
Descontos obtidos	2.218	225.896
Variações monetárias	44.007	75.210
Ajuste de valor presente	49.808	108.249
Operação de swap	36.991	-
Outras receitas	36.016	67.921
Total das receitas financeiras	269.320	564.950
Despesas financeiras:		
Variações monetárias e cambiais	(81.782)	(117.089)
Encargos de dívidas	(144.333)	(87.173)
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(44.903)	(143.081)
Multas Regulatórias	(43.645)	(84.308)
Multas moratórias e compensatórias	(2.338)	(217.192)
Ajuste a valor presente	(37.746)	-
Atualização do ativo financeiro - despesa	-	(16.263)
Operações de swap	(36.043)	-
Juros passivos	(22.346)	(74.824)
Outras despesas	(44.718)	(32.713)
Total das despesas financeiras	(457.854)	(772.643)
Resultado financeiro	(188.534)	(207.693)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Prejuízo por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

31/12/2013					
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas - A	Ações preferenciais nominativas - B	Ações preferenciais nominativas - C	Total
Numerador					
Prejuízo do exercício	(228.036)	(365)	(183)	(203)	(228.787)
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.352.442	2.167	1.085	1.201	1.356.895
Prejuízo diluído por ação	(0,16861)	(0,16861)	(0,16861)	(0,16861)	(0,16861)

31/12/2012					
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas - A	Ações preferenciais nominativas - B	Ações preferenciais nominativas - C	Total
Numerador					
Prejuízo do exercício	(655.339)	(23.909)	(11.971)	(13.251)	(704.469)
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	59.398	2.167	1.085	1.201	63.851
Prejuízo diluído por ação	(11,03301)	(11,03301)	(11,03301)	(11,03301)	(11,03301)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada

A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Em razão da aquisição da Centrais Elétricas do Pará – CELPA pela Equatorial Energia S/A, a referida patrocinadora decidiu transferir a gestão dos Planos de Benefícios, administrados pela RedePrev, para a FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar. A referida transferência não implicará em alteração nas condições de direitos e obrigações estabelecidos nos respectivos Regulamentos dos planos patrocinados.

CELPA-BD-I e do CELPA BD-II.

A referida transferência será efetivada em duas etapas, a primeira englobando os planos Celpa BD I e Celpa BD II e a segunda abrangendo os planos Celpa OP e Celpa R.

A RedePrev protocolou em 27 de janeiro de 2014 junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC pedido de transferência de gestão para a Fascemar dos planos Celpa BD I e Celpa BD II.

Os planos de benefícios instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a) Plano de Benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30/07/1982, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se bloqueado para novas adesões desde 1/1/1998. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão; e, complementação do abono anual.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

b) Plano de Benefícios CELPA BD-II

Instituído em 01/01/1998, encontra-se bloqueado a novas adesões de participantes desde 01/01/2000, quando foi instituído os Planos Celpa-OP e R. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão por morte; Benefício Proporcional Diferido e, complementação do abono anual.

c) Plano de Benefícios - R

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante dos extintos Planos de Benefícios CELPA – R, CEMAT – R e ELÉTRICAS – R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

d) Plano de Benefícios CELPA-OP

Instituído em 01/01/2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

É executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da RedePrev, que engloba os chamados benefícios de risco.

São patrocinadoras do Plano CELPA OP as empresas CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a contribuição da patrocinadora foi de R\$3.373 (R\$ 6.161 em 2012).

30.1 Situação Financeira dos Planos de Benefícios – Avaliação Atuarial – data base 31/12/2013

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31/12/2013, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 - Benefício a empregados são conforme segue:

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.1 Situação Financeira dos Planos de Benefícios – Avaliação Atuarial – data base 31/12/2013--Continuação

a) Número de participantes / beneficiários

	2013				2012			
	Celpa BD-I	Celpa BD-II	CELPA R	CELPA OP	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Celpa R	Celpa OP
Número de participantes	-	11	1.844	1.847	-	13	2.072	2.115
Número de assistidos	259	169	32	62	261	170	33	33
Número de pensionistas (famílias)	47	144	17	-	44	147	13	-
Total	306	324	1.893	1.909	305	330	2.118	2.148

b) Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

	2013	2012
01 Taxa de desconto real para o cálculo do valor presente	6,35%-todos os planos	3,62%-todos os planos
02 Taxa de crescimento salarial futura real	2%	2%
03 Taxa de inflação	4,50%	4,50%
04 Fator de capacidade:	1,00	1,00
05 Tábua de mortalidade geral	AT2000-Male	AT2000-Male
06 Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE2011, ambos os sexos	IBGE2011, ambos os sexos
07 Tábua de entrada em invalidez	Nula	Nula
08 Tábua de rotatividade	Nula	Nula

Adotou-se como taxa desconto a cotação do título NTN-B (indexados ao IPCA – IBGE) com base no prazo de pagamento dos benefícios do plano, ou seja, o *duration*. O *duration* médio dos planos é de aproximadamente 16 anos. Devido ao rendimento do título retro citado com vencimento para 2024 e 2035 ser muito próximo (*spread* de 0,12%), optou-se pela utilização da NTB-B com vencimento em 2024.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

c) Síntese da Avaliação Atuarial

	2013				2012			
	Celpa BD-I	Celpa BD-II	CELPA R	CELPA OP	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Celpa R	Celpa OP
A - EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS								
1. Valor presente da obrigação no início do ano	<u>136.964</u>	<u>67.049</u>	<u>30.325</u>	<u>9.770</u>	<u>100.058</u>	<u>50.679</u>	<u>22.628</u>	<u>6.012</u>
2. Custo do serviço corrente	-	63	-	-	-	199	-	-
3. Despesa com juros	11.345	5.554	2.512	809	10.253	5.193	2.319	616
4. Pagamento de benefícios no ano	(9.064)	(4.450)	(1.578)	(492)	(8.394)	(4.210)	(1.311)	(973)
5. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	<u>(28.375)</u>	<u>(14.921)</u>	<u>(7.954)</u>	<u>(2.973)</u>	<u>35.047</u>	<u>15.188</u>	<u>6.689</u>	<u>4.115</u>
6. Valor presente da obrigação no fim do ano	<u>110.870</u>	<u>53.295</u>	<u>23.305</u>	<u>7.114</u>	<u>136.964</u>	<u>67.049</u>	<u>30.325</u>	<u>9.770</u>
B - EVOLUÇÃO NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO								
1. Valor justo dos ativos do plano no início do ano	<u>153.430</u>	<u>75.976</u>	<u>13.540</u>	<u>37.749</u>	<u>144.976</u>	<u>71.955</u>	<u>11.723</u>	<u>35.005</u>
2. Receita com juros	12.708	6.293	1.122	3.127	14.856	7.374	1.201	3.587
3. Contribuições efetuadas (participante e empresa)	-	-	-	-	-	8	12	-
4. Pagamento de benefícios no ano	(9.064)	(4.450)	(1.578)	(492)	(8.394)	(4.210)	(1.311)	(973)
5. Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos nos ativos do plano	<u>(13.823)</u>	<u>(7.057)</u>	<u>(551)</u>	<u>(10.650)</u>	<u>1.992</u>	<u>849</u>	<u>1.915</u>	<u>130</u>
6. Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	<u>143.251</u>	<u>70.762</u>	<u>12.533</u>	<u>29.734</u>	<u>153.430</u>	<u>75.976</u>	<u>13.540</u>	<u>37.749</u>
C - DESPESA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO								
1. Custo do serviço	-	(63)	-	-	-	(199)	-	-
2. Contribuições dos Participantes	-	-	-	-	-	8	12	-
3. Custo líquido do serviço	-	(63)	-	-	-	(191)	(12)	-
4. Juros líquidos (resultado financeiro)	-	-	(1.390)	-	-	-	(1.117)	-
5. Total das despesas ocorridas no ano (3 + 4)	<u>-</u>	<u>(63)</u>	<u>(1.390)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(191)</u>	<u>(1.129)</u>	<u>-</u>

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

c) Síntese da Avaliação Atuarial--Continuação

D - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

1. Ganho / (Perda) atuarial	14.552	7.863	7.403	(7.677)	(33.055)	(14.339)	(4.774)	(3.985)
Retorno real dos ativos	(13.823)	(7.057)	(551)	(10.650)	1.992	849	1.915	130
Mudanças em premissas demográficas	(662)	1.073	(931)	770	(13.169)	(4.245)	18.195	(2.082)
Mudanças em premissas financeiras	29.037	13.847	8.885	2.203	(21.878)	(10.943)	(24.884)	(2.033)
2. Efeito do limite do ativo	(14.552)	(7.800)	-	7.677	33.055	14.529	-	3.985
3. Total de remensurações	-	63	7.403	-	-	190	(4.774)	-

E - BALANÇO PATRIMONIAL

1. Valor justo do ativo	143.251	70.762	12.533	29.734	153.430	75.976	13.540	37.749
2. Obrigações atuariais	(110.869)	(53.295)	(23.304)	(7.115)	(136.964)	(67.048)	(30.324)	(9.771)
3. Posição Líquida	32.382	17.467	(10.771)	22.619	16.466	8.928	(16.784)	27.978
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	(32.382)	(17.467)	-	(22.619)	16.466	8.928	-	27.978
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	-	-	(10.771)	-	-	-	(16.784)	-

F - VALOR LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

1. Posição líquida no início período	16.466	8.928	(16.784)	27.978	-	-	(10.905)	-
2. Efeito do limitado do ativo	(16.466)	(8.928)	-	(27.978)	(44.918)	(21.277)	-	(28.993)
3. Saldo passível de reconhecimento no início do período	-	-	(16.784)	-	44.918	21.277	(10.905)	28.993
4. Custos do serviço	-	(63)	-	-	-	(191)	-	-
5. Juros líquidos	1.364	739	(1.390)	2.317	4.603	2.180	1.117	2.971
6. Diferenças atuariais	14.552	7.863	7.403	(7.677)	(33.055)	(14.339)	(4.774)	(3.985)
7. Contribuição (empresa e participante)	-	-	-	-	-	-	12	-
8. Posição líquida em final do período	32.382	17.467	(10.771)	22.619	16.466	8.928	(16.784)	27.978
9. Efeito do limite do ativo	(32.382)	(17.467)	-	(22.619)	(16.466)	(8.928)	-	27.978
10. Saldo passível de reconhecimento no final do período	-	-	(10.771)	-	-	-	(16.784)	-

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

d) Movimentação do efeito teto

	2013			2012		
	Celpa BD-I	Celpa BD-II	CELPA OP	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Celpa OP
A - EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS						
1. Saldo no início do período	16.466	8.928	27.978	44.918	21.277	28.993
2. Juros	1.364	739	2.317	4.603	2.180	2.971
3. Variação	14.552	7.800	(7.677)	(33.055)	(14.529)	(3.985)
4. Saldo no final do período	<u>32.382</u>	<u>17.467</u>	<u>22.618</u>	<u>16.466</u>	<u>8.928</u>	<u>27.978</u>

e) Teste de sensibilidade

Para fins de atendimento do item 145 do CPC 33 (R1) é apresentado um teste de sensibilidade da taxa de desconto na posição dos planos. Foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%)

Teste de sensibilidade	2013			
	Celpa BD-I	Celpa BD-II	CELPA R	CELPA OP
Valor justo dos ativos	143.251	70.762	12.533	29.734
Taxa		6,85%		
Valor presente da obrigação	106.715	51.324	22.142	6.809
(Deficit)/Superavit	36.536	19.438	(6.609)	22.924
Variação	4.154	1.971	1.162	305.652
Taxa		5,85%		
Valor presente da obrigação	115.330	55.414	24.582	7.446
(Deficit)/Superavit	27.921	15.348	(12.089)	22.288
Variação	(4.462)	(2.119)	(1.278)	(331)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

e) Teste de sensibilidade--Continuação

A seguir apresentamos o teste de sensibilidade das tábuas, utilizando uma suavização de 10%.

Teste de sensibilidade	2013			
	Celpea BD-I	Celpea BD-II	CELPA R	CELPA OP
Valor justo dos ativos	143.251	70.762	12.533	29.734
Valor presente da obrigação	113.725	54.787	22.621	7.246
(Deficit)/Superavit	29.526	15.975	(10.888)	22.488
Variação	(2.856)	(1.492)	683	(130)

f) Composição dos ativos dos planos

	BD-I	BD-II	Rubrica
Títulos públicos	34.910	17.200	1.2.3.1
Títulos privados	52.482	25.857	1.2.3.2
Ações	851	423	1.2.3.3
Fundos de Investimento	47.023	23.270	1.2.3.4
Investimentos imobiliários	6.035	3.044	1.2.3.6
Empréstimos	1.948	969	1.2.3.7
Total	143.249	70.763	

O valor justo do ativo plano Celpea-OP é apurado pela diferença entre o valor justo total dos ativos do plano, excluindo a parcela da modalidade contribuição definida no plano (participantes ativos e os assistidos que optaram pela renda mensal financeira).

	Celpea OP
Títulos públicos	31.981
Títulos privados	48.080
Ações	222
Fundos de Investimento	41.266
Investimentos imobiliários	4.463
Empréstimos	8.910
Total	134.922

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

f) Composição dos ativos dos planos--Continuação

O plano R é único para as 03 Patrocinadoras (Celpa, Cemat e Elétricas). O valor justo dos ativos do Plano é composto da seguinte maneira:

	R
Títulos públicos	10.835
Títulos privados	16.290
Ações	222
Fundos de Investimento	13.294
Investimentos imobiliários	-
Empréstimos	395
Total	41.036

Para se definir o valor justo dos ativos para cada Patrocinadora, o valor justo total é proporcionalizados com base nos passivos atuários.

	Passivo Atuarial	%	Valor justo do ativo
Celpa	23.304	30,54	12.533
Cemat	32.228	42,24	17.332
Elétricas	20.770	27,22	11.170
Total	76.302		41.035

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

g) Despesas e fluxos de caixa projetados para 2014

Fluxo de caixa estimado para 2014	Celpa BD-I	Celpa BD-II	CELPA R	CELPA OP
1. Contribuições da patrocinadora	-	-	-	-
2. Contribuições do patrocinador	-	-	-	-
3. Benefícios concedidos	9.472	4.605	1.649	514

Despesas estimadas para 2014	Celpa BD-I	Celpa BD-II	CELPA R	CELPA OP
1. Custo do serviço corrente	-	67	-	-
2. Custo do serviço passado – alterações, reduções e liquidações	-	-	-	-
3. Custo do serviço total	-	67	-	-
4. Custo de juros	(12.346)	(5.935)	(2.595)	(792)
5. Retorno do ativo	15.952	7.880	1.396	3.311
6. Juros sobre o limite	(3.606)	(1.945)	-	(2.519)
7. Juros líquidos	-	-	(1.199)	-

h) Passivos atuarial não cobertos (“UNFUNDED”)

Passivo atuarial não coberto: tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas da Companhia. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10 de 4/8/1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11/6/1996, que conferiu direito e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria e pensão”.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

Síntese do Cadastro

A – Aposentados por Tempo de Serviço, por Idade ou Especial

1. Quantidade	86
2. Total do benefício mensal (R\$)	110.920,76
3. Idade média (anos)	78,17
4. Valor médio do benefício (R\$)	1.289,78

B – Aposentados por Invalidez

1. Quantidade	3
2. Total do benefício mensal (R\$)	1.307,13
3. Idade média (anos)	73,59
4. Valor médio do benefício (R\$)	435,71

C – Beneficiários Pensionistas

1. Quantidade	63
2. Total do benefício mensal (R\$)	28.702,81
3. Idade média (anos)	70,20
4. Valor médio do benefício (R\$)	455,60

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.2 Síntese da Avaliação Atuarial

Foram utilizadas as premissas atuariais adotadas no item 30.01, o valor da avaliação, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$14.762 mil, conforme segue:

	2013	2012
A - EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS		
1. Valor presente da obrigação no início do ano	<u>16.415</u>	<u>14.335</u>
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Despesa com juros	1.360	1.469
4. Pagamento de benefícios no ano	(1.622)	(1.593)
5. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	<u>(1.391)</u>	<u>2.204</u>
6. Valor presente da obrigação no fim do ano	<u>14.762</u>	<u>16.415</u>
C - DESPESA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
1. Custo do serviço	-	-
2. Juros líquidos (resultado financeiro)	<u>(1.360)</u>	<u>(1.469)</u>
3. Total das despesas ocorridas no ano (1 + 2)	<u>(1.360)</u>	<u>(1.469)</u>
D - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
1. Ganho / (Perda) atuarial	<u>1.391</u>	<u>(2.204)</u>
Retorno real dos ativos	-	-
Mudanças em premissas demográficas	(262)	(124)
Mudanças em premissas financeiras	1.653	(2.080)
2. Efeito do limite do ativo	=	=
3. Total de remensurações	<u>1.391</u>	<u>(2.204)</u>
E - BALANÇO PATRIMONIAL		
1. Valor justo do ativo	-	-
2. Obrigações atuariais	<u>(14.762)</u>	<u>(16.415)</u>
3. Posição Líquida	(14.762)	(16.415)
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	=	=
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	<u>(14.762)</u>	<u>(16.415)</u>

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.2 Síntese da Avaliação Atuarial--Continuação

F - VALOR LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

1.Posição líquida no início período	(16.415)	(14.335)
2.Efeitodolimitadoativo	-	-
3.Saldo passível de reconhecimento no início do período	(16.415)	(14.335)
4.Custodoserviço	-	-
5.Juroslíquidos	(1.360)	(1.469)
6.Diferençasatuariais	1.391	(2.204)
7.Benefícios pagos pelo patrocinador	<u>1.622</u>	<u>1.593</u>
8.Posição líquida em final do período	(14.762)	(16.415)
9.Efeito do limite do ativo	-	-
10.Saldo passível de reconhecimento no final do período	<u>(14.762)</u>	<u>(16.415)</u>

30.3 Despesas e fluxos de caixa projetados para 2014

Despesa estimada para 2014

1.Custo do serviço corrente	-
2. Custo do serviço passado - alterações, reduções e liquidação	-
3. Custo do serviço total	-
4. .Custo de juros	(1.644)
5. Retorno do ativo	-
6. Juros sobre o limite	-
7. Juros líquidos	(1.644)

Fluxo de caixa estimado para 2014

1.Benefícios a conceder estimado	1.695
----------------------------------	-------

Fluxo de caixa estimado para 2014

1.Benefícios a conceder estimado	1.665
2.Benefícios a concedidos real	1.622

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.4 Teste de sensibilidade

Para fins de atendimento do item 145 do CPC 33 (R1) é apresentado um teste de sensibilidade da taxa de desconto na posição líquida dos planos. Foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%).

<u>Teste de sensibilidade</u>	<u>BD-I</u>
Taxa	6,85%
Valor presente da obrigação	14.309
Variação	(452)
<hr/>	
Taxa	5,85%
Valor presente da obrigação	15.242
Variação	481

A seguir apresentamos o teste de sensibilidade das tábuas utilizadas considerando uma suavização de 10%

Tábuas utilizadas suavizadas em 10%

Valor presente da obrigação	(15.307)
Variação	(545)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

b. Política de utilização de derivativos

A CELPA utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

c. Valor justos dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justos dos ativos financeiros--Continuação

	31/12/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	109.294	109.294	68.850	68.850
Investimentos de curto prazo	130.106	130.106	363.039	363.039
Contas a receber de clientes	595.387	595.387	571.398	571.398
Depósitos judiciais	131.939	131.939	84.346	84.346
Ativo financeiro da concessão	600.544	600.544	428.241	428.241
Sub-rogação da CCC - Valores Aplicados	185.688	185.688	211.699	211.699
Instrumentos financeiros derivativos	4.519	4.519	-	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	477.143	477.143	391.385	391.385
Empréstimos e financiamentos	1.534.310	1.534.310	1.892.984	1.892.984
Partes relacionadas	416.147	416.147	303.220	303.220
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	248	248

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 20.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, que em virtude da Recuperação Judicial, serão renegociados.
- **Risco Cambial**– Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 37,6%, de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 em dezembro de 2013 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Variação Cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	USD	(32.626)	(177.388)	(322.150)	112.136	256.898
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2013	+25%	+50%	-25%	- 50%
Dólar USD/R\$		2,34	2,93	3,51	1,76	1,17

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas			Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012
Swap EQUATORIAL				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	-	93.678
Ponta passiva	CDIE	25/11/2015	-	93.926
TOTAL			-	(248)
Swap ITAÚ				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	17.932	-
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	(15.082)	-
TOTAL			2.850	-
Swap CITIBANK				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	16.519	-
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	(14.850)	-
TOTAL			1.669	-
TOTAL GERAL			4.519	(248)

- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes..
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros-** As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2013 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	20.240	25.300	30.360	15.180	10.120
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(31.767)	(31.771)	(31.776)	(31.762)	(31.758)
	TJLP	(210)	(228)	(246)	(192)	(174)
	IGPM	8.286	5.706	3.126	10.865	13.445
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2013	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% ano)		8,06	10,08	12,10	6,05	4,03
TJLP (% ano)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% ano)		5,51	6,89	8,27	4,13	2,76
IPCA (% ano)		5,91	7,39	8,87	4,43	2,96

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	
	Patrimônio Líquido	
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(129.497)	(98.741)
Cenário III	(258.994)	(197.483)
Cenário IV	129.497	160.252
Cenário V	258.994	320.505

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.
- **Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento** - Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CEMAR justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

f. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Energia Contratada	2011 a 2032	1.123.344	1.234.943	1.317.959	1.362.272	1.335.556	30.236.113

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

33. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

34. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Seguros--Continuação

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das apólices	Importância segurada
Fluvial	03/07/2014	316
Responsabilidade civil geral - Operações	30/12/2014	20.000
Riscos operacionais	30/12/2014	341.038
Automóvel (a)	30/06/2014	-
Automóvel (b)	30/12/2014	-

(a) 198 veículos locados segurados, conforme apólices.

(b) 38 veículos próprios segurados, conforme apólices.

35. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	801	-	1.311	-
Ministério de Minas e Energia - MME	194	-	416	111
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	16.335	20.589	11.473	19.024
Programa de Eficiência Energética - PEE	36.405	39.501	24.640	36.501
Total	53.735	60.090	37.840	55.636

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

36. Eventos subsequentes

Foi aprovada pelo Conselho de Administração da Controladora, Equatorial Energia S/A, no dia 10 de janeiro de 2014, o repasse de R\$195.000, a ser realizado até a data de 31 de janeiro de 2014, como forma de “Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC”. O AFAC é realizado pela Controladora no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado e homologado em setembro de 2012. O crédito do AFAC deverá ser utilizado pela Controlada para subscrever e integralizar aumento de capital da Companhia a ser deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, a ser convocada oportunamente.

Conselho de Administração

Ana Marta Horta Veloso

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Guilherme Cruz de Souza

Wilson Couto Oliveira

Conselho Fiscal

Efetivos

Sérgio Passos Ribeiro

Renato Moritz

Paulo Roberto Franceschi

Pedro Paulo da Cunha

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Tinn Freire Amado
Diretor

Mauro Chaves de Almeida
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Izabel Corina de Oliveira Carvalho
Gerente de Controladoria
Contador
CRC PA 5.989/0-8